



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **0000108-87.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Contratos Bancários**  
 Exequente: **Itau Sa Credito Imobiliario**  
 Executado: **Cerino Everton de Avellar e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Cuida-se de cumprimento de sentença que ITAÚ UNIBANCO SA requereu em face de CERINO EVERTON DE AVELAR Alegou ser credor do executado, no valor de R\$ 18.589,21, conforme determinado em sentença decorrente da fase de liquidação.

Juntou planilha de cálculos à fl. 02.

Juntou documentos às fls. 229/285.

O executado ofertou impugnação ao cumprimento de sentença às fls. 300/306. Realizou o depósito judicial, como garantia, do valor que entendia devido (R\$11.360,53). Alegou excesso de execução visto que os cálculos efetuados pelo exequente encontram-se em desacordo com o determinado na sentença de liquidação. Requereu a aplicação do art. 940, do NCPC já que o exequente busca o recebimento de valor a maior. Juntou documentos às fls. 307/310. Planilha de cálculos à fls. 308/309.

Adveio manifestação do banco exequente concordando com o valor depositado, esclarecendo que houve erro na elaboração dos cálculos (fl. 316).

**É o relatório.**

**Fundamento e Decido.**

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, incisos I e II, do NCPC.

Trata-se de cumprimento de sentença, que o banco exequente interpôs, visando o recebimento dos valores determinados na liquidação da sentença, cuja cópia se



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

encontra às fls. 273/284.

O executado ofertou impugnação alegando excesso de execução e apresentando planilha dos cálculos que entendia corretos. Realizou o depósito do valor, em juízo.

Adveio petição do exequente concordando com os cálculos apresentados pelo executado, sendo o que basta.

Dessa maneira, de rigor o acolhimento da impugnação ofertada.

Não há que se falar em repetição de indébito, entretanto. A configuração da má-fé é essencial para que realize a aplicação do quanto disposto no art. 940, do CC, sendo que no caso concreto, nada veio aos autos capaz de demonstrar, minimamente, a má-fé do exequente na elaboração dos cálculos a maior.

Nesse mesmo sentido entende o E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

DIREITO DE VIZINHANÇA. RESPONSABILIDADE CIVIL. PREJUÍZO DECORRENTE DE OBRAS DO IMÓVEL CONFRONTANTE. TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL COM QUITAÇÃO INTEGRAL. APLICAÇÃO DO ART 940, do CC. DESCABIMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. NÃO CONFIGURAÇÃO. Principal. A extensão temporal e objetiva da transação preventiva extrajudicial por instrumento particular com quitação geral e irrevogável compreende os prejuízos apontados. Adesivo. **A devolução em dobro do valor exigido é descabida, por ausência de má-fé** (CC, art. 940). Recursos impróvidos (grifo meu). (TJSP. APL 00108250520128260609. 11ª Câmara de Direito Privado. Julgado e publicado em 18/01/2016. Relator: Marino Neto)

Ante o exposto, **ACOLHO A IMPUGNAÇÃO**. Por consequência, declaro como valor do débito que o impugnante restituirá à impugnada o montante de R\$ 11.360,53.

Considerando que há nos autos depósito judicial no valor do débito (fls. 311/312), **JULGO EXTINTO o feito, nos termos do art. 924, inciso II, do NCPC**.

Custas e despesas processuais serão suportadas pelo impugnado, ora exequente, bem como honorários advocatícios que fixo em 10 % sobre o valor da condenação.

Custas finais nos termos do art. 4º, inciso III, da Lei Estadual nº 11.608/2003. Intime-se para pagamento, sob pena de inscrição na dívida ativa.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Com o trânsito em julgado, expeça-se mandado de levantamento em favor do exequente, encerrando-se a conta judicial.

Após, dê-se baixa dos autos e archive-se.

Deverá ser procedida a baixa e arquivamento também dos autos principais.

P.I.

São Carlos, 18 de julho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**